



# PREFEITURA DE REGISTRO

Secretaria Municipal de Administração

## **DECRETO Nº 3.104 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2021**

### **DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE RETORNO GRADATIVO DA REABERTURA DA ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO – FAIXA AMARELA.**

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### **DECRETA:**

Art. 1º. O disposto neste decreto possui equivalência com os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, que institui o Plano São Paulo;

#### **CAPÍTULO I DAS GALERIAS, SHOPPING CENTER E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES**

Art. 2º. Fica autorizado o funcionamento das galerias, shopping center e estabelecimentos congêneres, com as devidas restrições, observadas as seguintes condições:

I - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 12h (doze horas) diárias, respeitados 40% da capacidade total;

a) as galerias, shopping center e estabelecimentos similares, deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso I deste artigo;

II – As atividades econômicas devem fechar até as 22h, respeitado o funcionamento de acordo com a categoria do estabelecimento e com a adoção dos protocolos geral e setorial específico.

#### **CAPÍTULO II DO COMÉRCIO EM GERAL**

Art. 3º. Fica autorizado o funcionamento do comércio em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 12h (doze horas) diárias, respeitados 40% da capacidade total.

a) os estabelecimentos comerciais, deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso I deste artigo;

II – As atividades econômicas devem adotar os protocolos geral e setorial específico e fechar até as 22h.

III - É vedada as lojas de conveniência a comercialização de bebidas alcoólicas após as 20h (vinte horas) no município de Registro.

#### **CAPÍTULO III DOS SERVIÇO EM GERAL**

Art. 4º. Fica autorizada a prestação de serviços em geral, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

I - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 10h (dez horas) diárias, respeitados 40% da capacidade total, com a adoção dos protocolos geral e setorial específico.

a) os estabelecimentos comerciais, deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso I deste artigo;

Parágrafo Único - É permitido o funcionamento das atividades econômicas descritas no caput até as 22h, respeitados o período disposto no inciso I deste artigo.

#### **CAPÍTULO IV DOS RESTAURANTES, LANCHONETES E SIMILARES**

Art. 5º. Fica autorizado funcionamento dos restaurantes, lanchonetes e similares, com as devidas restrições previstas neste decreto, observadas as seguintes condições:

- I - O horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 10h (dez horas) diárias, após às 6h e antes das 22h, com 40% da capacidade total, com a adoção dos protocolos geral e setorial específico
- a. os estabelecimentos comerciais, deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso I deste artigo;
- b. é permitido o atendimento e o consumo a local até as 22h (vinte e duas horas) durante o horário de funcionamento dos estabelecimentos que tratam o caput, desde que sentados e seja ao ar livre ou em áreas arejadas.
- c. A comanda de consumo dos clientes deverá estar devidamente fechada até as 21h45min.

#### **CAPÍTULO V ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES E CENTROS DE GINÁSTICA**

Art. 6º. Fica autorizado o funcionamento das academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica, assim compreendidos:

- I - Academias,
- II - Estúdios de pilates,
- III - Academias de crossfit,
- IV - Estúdios de ginástica funcional,
- V - Escolas de natação e de ginástica, entre outras escolas,
- VI – Todas as modalidades individuais sem contato físico na competição
- VII - Todas as modalidades coletivas sem contato físico na competição
- VIII - Todas as modalidades individuais com contato físico, tais como artes marciais/lutas, desde que acompanhadas pelas respectivas federações de cada modalidade.

§ 1º. Os clubes esportivos ficam autorizados a funcionar, desde que, existentes as modalidades permitidas descritas no art. 2º, inciso de I a X deste Decreto, sendo vedado o funcionamento para lazer.

I – O clube esportivo nestas condições, deve observar os protocolos sanitários específicos de cada modalidade esportiva, além de atender o protocolo do setor de alimentos e comércio em geral naquilo que couber.

§ 2º. O funcionamento das atividades esportivas e centros de ginástica devem observar todos os cuidados de distanciamento social, higienização, uso de máscaras e sempre sem presença de público e ainda:

- I - a lotação dos estabelecimentos esportivos, não deverão ultrapassar a capacidade de 40% do total, devendo ser administrado através de agendamento prévio com hora marcada.
- II - o responsável pelo estabelecimento comercial deverá dispor de colaborador próprio para organizar as filas que se formarem ao lado de fora, caso a capacidade de lotação alcance 40%, em razão da entrada de novos clientes em busca de informação no setor.
- III - o horário de funcionamento permitido, aos estabelecimentos previstos no caput é de no máximo 10h (dez horas) diárias, das 6h e antes das 22h.
- IV - os estabelecimentos comerciais deverão afixar em local de fácil visualização o horário de funcionamento, nos termos do inciso III deste artigo;

Art. 7º. Fica estabelecido que as academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica devem adotar os protocolos geral e setorial específico, obrigatoriamente, naquilo que couber.

#### **CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 8º. A fiscalização será realizada pela Prefeitura de Registro, por sua equipe de Vigilância em Saúde que notificará, no ato da visita, a instituição que descumprir qualquer recomendação sanitária ou disposições deste Decreto.

Parágrafo Único: Para fins de fiscalização, as instituições de ensino de que trata o art. 1º, devem afixar na porta de cada sala de aula a quantidade máxima de alunos permitida, nos termos do art. 2º.

Art. 9º. Havendo novo descumprimento por parte da instituição de ensino, a equipe de Vigilância em Saúde registrará a ocorrência por foto e encaminhará via plataforma eletrônica à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras - SMPUO, juntando a Notificação inicial e a comprovação da reincidência através da fotografia.

Parágrafo único: Em sede de reincidência não se aplica nova notificação.

Art. 10. Recebido o registro eletrônico da infração, a equipe de fiscalização da SMPUO, deverá emitir multa ou outro meio mais gravoso, conforme art. 14, pelo descumprimento do presente decreto ou das normas sanitárias.

## **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. O atendimento dos protocolos sanitários não dispensa eventuais orientações suplementares que venham a ser estabelecidas pelas autoridades sanitárias.

Art. 12. Será aplicada multa pecuniária ou outra medida mais gravosa por infração, a pessoa física ou jurídica que não observar os preceitos deste Decreto.

I – Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na primeira infração;

II – Multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) na reincidência;

III – Interdição do estabelecimento;

IV – Cassação do Alvará.

Art. 13. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública atentar-se-á, em caso de descumprimento deste decreto, ao disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 05 de fevereiro de 2021.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

**RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS**  
Secretário Municipal de Governo

**LUIS AUGUSTO VAZ DE ARRUDA**  
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Obras

**EDSON CARLOS DE ALMEIDA GAUGLITZ**  
Secretário Municipal da Saúde

**ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

**SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA**  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B7E5-9589-7202-EAB0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA (CPF 097.875.198-10) em 09/02/2021 17:05:31 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDSON CARLOS DE ALMEIDA GAUGLITZ (CPF 311.536.658-24) em 10/02/2021 08:45:51 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUIS AUGUSTO VAZ DE ARRUDA (CPF 255.343.308-56) em 10/02/2021 09:46:33 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR (CPF 370.107.968-40) em 10/02/2021 10:46:19 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA (CPF 037.710.138-95) em 10/02/2021 14:31:27 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS (CPF 268.516.298-44) em 10/02/2021 16:10:02 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/B7E5-9589-7202-EAB0>